

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN

LEI Nº 168 DE 06 DE dezembro DE 1996.

Cria no Estatuto dos Servidores Públicos,
a figura juridico-administrativa da
licença para tratar de interesses
particulares e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN:
FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Conceder-se-á licença especial ao servidor público estável, sem remuneração, para tratar de assuntos do interesse particular, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - O prazo a que se refere este artigo, poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante requerimento do interessado.

§ 2º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devidamente justificado.

Art. 2º - Não se concederá nova licença, antes de decorrido 2 (dois) anos do término da anterior, ressalvada a hipótese de prorrogação prevista no § 1º do artigo anterior.

Art. 3º - O Servidor em gozo de licença para tratar de interesses particulares, fica obrigado a contribuir com a Seguridade Social, como se em exercício estivesse, na forma do que estabelece o título VI, da Lei nº 070, de 28 de outubro de 1994, republicada de acordo com a determinação contida no Art. 7º da Lei nº 145, de 25 de abril de 1996.

Joel da Silva Maia
PREFEITO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN

Lei nº 168, de 06/12/96

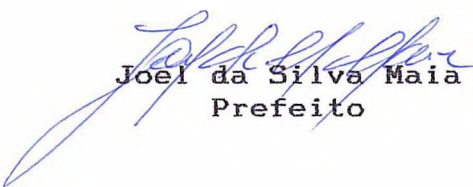
§ 1º - O servidor fica obrigado a recolher o valor da contribuição previdenciária devida, na tesouraria da Prefeitura, até o último dia do mês de competência, através de documento próprio expedido pela Secretaria Municipal de Administração.

§ 2º - Caso o servidor não cumpra o disposto no § anterior no prazo estabelecido, fica automaticamente cancelada a licença, devendo ele se apresentar ao serviço imediatamente, sob pena de ser considerado revel e incurso nas penalidades decorrentes do abandono de cargo.

Art. 4º - A concessão de licença para tratar de interesses particulares interrompe a contagem do tempo de serviço para todos os fins, exceto para a aposentadoria, uma vez que não há interrupção da contribuição previdenciária.

Art. 5º - Ao ocupante de Cargo de Provimento em Comissão de Direção e Assessoramento Superiores, não será concedida a licença de que trata esta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Joel da Silva Maia
Prefeito